

SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR: UMA REVISÃO NARRATIVA

CONSUMER OVER-INDEBTEDNESS: A NARRATIVE REVIEW

CAROLINE RAUPP DE OLIVEIRA

UNISINOS - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Comunicação:

O XIII SINGEP foi realizado em conjunto com a 13th Conferência Internacional do CIK (CYRUS Institute of Knowledge), em formato híbrido, com sede presencial na UNINOVE - Universidade Nove de Julho, no Brasil.

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), essencial para a viabilização e desenvolvimento deste estudo. O incentivo à pesquisa científica, especialmente nas áreas de impacto social, contribui de forma significativa para a produção de conhecimento e para a transformação das realidades. Manifesto também meu agradecimento ao XIII SINGEP e à 13ª CIK pela oportunidade de compartilhar e discutir os resultados desta pesquisa em um ambiente científico qualificado, contribuindo para o avanço do conhecimento na área.

SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR: UMA REVISÃO NARRATIVA

Objetivo do estudo

Refletir criticamente sobre as abordagens teóricas, definições, medidas e lacunas existentes na literatura científica sobre o fenômeno do superendividamento

Relevância/originalidade

O superendividamento do consumidor tem se intensificado em diferentes contextos globais, afetando todas as classes sociais e atingindo populações altamente vulneráveis em países com desigualdade socioeconômica

Metodologia/abordagem

A revisão narrativa é uma abordagem flexível de análise da literatura que sintetiza e discute criticamente sobre um tema, sem seguir protocolos sistemáticos, permitindo uma compreensão ampla e aprofundada do estado da arte

Principais resultados

Observou-se que a maior parte dos estudos prioriza o viés individual do consumidor, negligenciando o papel das instituições financeiras e das políticas regulatórias. Também se evidencia a baixa produção e promoção de estudos sobre o tema em países em desenvolvimento

Contribuições teóricas/metodológicas

Destaca-se a necessidade de discutir o conceito de superendividamento, incorporar aspectos sistêmicos e adotar métodos quantitativos robustos, para subsidiar políticas de concessão de crédito e políticas públicas voltadas ao crédito responsável

Contribuições sociais/para a gestão

O crédito que é analisado como instrumento de fomento econômico e apoio às famílias, quando usado para gerar renda ou lidar com imprevistos, deve ser também analisado como potencial fonte de dano, exigindo regulação responsável por parte de instituições e órgãos competentes

Palavras-chave: superendividamento do consumidor, endividamento do consumidor, revisão narrativa

CONSUMER OVER-INDEBTEDNESS: A NARRATIVE REVIEW

Study purpose

To critically reflect on the theoretical approaches, definitions, measures, and existing gaps in the scientific literature on the phenomenon of over-indebtedness

Relevance / originality

Consumer over-indebtedness has intensified across various global contexts, affecting all social classes and disproportionately impacting highly vulnerable populations in countries marked by socioeconomic inequality

Methodology / approach

Narrative review is a flexible literature analysis approach that synthesizes and critically discusses a topic without adhering to systematic protocols, allowing for a broad and in-depth understanding of the state of the art

Main results

It was observed that most studies prioritize the individual bias of the consumer, overlooking the role of financial institutions and regulatory policies. Additionally, there is a notable scarcity of research production and promotion on the subject in developing countries

Theoretical / methodological contributions

There is a pressing need to discuss the concept of over-indebtedness, incorporate systemic aspects, and adopt robust quantitative methods to support credit granting policies and public policies aimed at responsible lending

Social / management contributions

Credit, while often analyzed as an instrument of economic development and family support—particularly when used to generate income or address unforeseen events—must also be examined as a potential source of harm, thereby requiring responsible regulation by institutions and competent authorities

Keywords: over-indebtedness, consumer debt, narrative review

SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR: UMA REVISÃO NARRATIVA

1 Introdução

O superendividamento do consumidor tem sido amplamente estudado, especialmente após a crise financeira de 2008, quando um número crescente de consumidores passou a enfrentar dificuldades para arcar com seus compromissos financeiros (Lusardi & Tufano, 2009). O superendividamento se manifesta em diferentes contextos econômicos e culturais, afetando consumidores de todas as classes sociais da população, variando conforme fatores individuais, institucionais e macroeconômicos (Gathergood, 2011; Leandro & Botelho, 2022; Lopez et al., 2024). Trata-se de um problema crescente, tanto em países desenvolvidos quanto em economias emergentes (Gutierrez Nieto & Cinca; Gonzales, 2017; Leandro & Botelho, 2022).

As implicações do superendividamento impactam negativamente os consumidores, o setor financeiro e a economia como um todo. No nível individual, pode resultar em dificuldades financeiras persistentes, estresse, ansiedade, depressão e exclusão social (Håkansson & Widinghoff, 2020; Lopez et al., 2024). No nível sistêmico, o aumento da inadimplência compromete a estabilidade do setor financeiro, elevando os riscos de falência, afetando o crescimento econômico (Braga & Oliveira, 2020; Frigerio, Ottaviani & Vandone, 2020).

No Brasil, por exemplo, o cenário é preocupante devido às altas taxas de juros, à vulnerabilidade financeira da população e ao crescimento do endividamento entre consumidores de baixa renda (Campos & Costa, 2021). O país apresenta um aumento expressivo do superendividamento, especialmente entre idosos e pessoas que utilizam o crédito para cobrir despesas essenciais (Gutierrez Nieto & Cinca; Gonzales, 2017).

Embora a literatura sobre superendividamento tenha se expandido nos últimos anos, a maioria dos estudos publicados em periódicos científicos indexados em bases de dados acadêmicas reconhecidas concentra-se em países desenvolvidos, o que limita a compreensão do fenômeno em contextos de alta desigualdade e informalidade, como é o caso brasileiro. Além disso, predomina uma abordagem que foca nas características dos consumidores em detrimento da análise das instituições financeiras, regulações e assimetrias de poder (Leandro & Botelho, 2022).

Este estudo trata-se, portanto, de uma revisão narrativa que tem como objetivo provocar reflexões sobre os vieses presentes nos estudos sobre o tema e indicar caminhos para abordagens mais integradas, críticas e sensíveis aos contextos sociais.

Este estudo se insere no campo da administração, pois dialoga com pesquisas sobre psicologia econômica, educação financeira, políticas públicas de proteção ao consumidor, acesso ao crédito e vulnerabilidade social. A complexidade do superendividamento exige uma abordagem multidisciplinar, que considera desde fatores individuais, como impulsividade e baixa literacia financeira, até aspectos estruturais, como as práticas de oferta de crédito, regulação do sistema financeiro e desigualdade socioeconômica (Braucher, 2006; Betti et. al, 2007; Meyll & Pauls, 2018; Braga & Oliveira 2020; Leandro & Botelho, 2022; Lopez et. al, 2023).

Portanto, compreender o fenômeno do superendividamento é essencial para fomentar uma nova postura diante da oferta e da demanda por crédito, com o objetivo de mitigar seus riscos e impactos. Espera-se que os resultados deste estudo forneçam matéria relevante para acadêmicos, formuladores de políticas públicas e gestores do setor financeiro para que se interessem pelo tema e fomentem a redução dos riscos associados ao superendividamento e promoção de um acesso ao crédito mais responsável e sustentável.

2 Revisão de Literatura

Neste capítulo será abordado o fenômeno do superendividamento, apresentando sua evolução histórica, suas principais definições, abordagens teóricas, revisões de literatura dos últimos anos e escalas de medição. A presente revisão baseou-se exclusivamente em publicações de periódicos indexados em bases científicas reconhecidas, de modo a garantir confiabilidade e qualidade acadêmica ao conteúdo analisado.

2.1 Evolução do Superendividamento

Nos Estados Unidos, a expansão do crédito na década de 1960 aumentou o endividamento e transformou a percepção social da dívida, que deixou de ser vista como uma falha moral para ser entendida como uma consequência de fatores externos, esse contexto tornou o crédito ao consumo mais acessível e ampliou a aceitação da dívida na sociedade (Warren, 2003; Braucher, 2006; Efrat, 2006).

Segundo Kilborn (2005) e Baucher (2006), os estudos sobre superendividamento surgiram inicialmente na economia, com foco nos Estados Unidos, onde as pesquisas se concentravam nas causas estruturais e culturais da desigualdade econômica. Nesse período, o conceito específico de superendividamento ainda não havia sido desenvolvido, e a problemática era historicamente associada à assistência social, logo, quando um indivíduo se tornava incapaz de arcar com suas dívidas, a falência era tratada como a principal questão a ser resolvida, sem uma análise mais ampla sobre o impacto do crédito facilitado e da ausência de proteção social. (Efrat, 2006; Braucher, 2006).

A partir dos anos 1980, impulsionado pelos Estados Unidos, o consumo passou a crescer aceleradamente em diversas economias industriais (Betti et. al, 2007), acompanhado por uma significativa expansão do crédito ao consumidor (Braucher, 2006; Frigerio, Ottaviani & Vandone, 2020). Para suprir suas necessidades de consumo, os indivíduos começaram a recorrer cada vez mais ao crédito, enquanto a taxa de poupança apresentou uma queda considerável (Betti et. al, 2007), resultando no aumento do endividamento das famílias (Braucher, 2006; Frigerio, Ottaviani & Vandone, 2020).

Esse cenário foi provocado pela desregulamentação do setor financeiro do período (Braucher, 2006), bem como, pelo avanço tecnológico, pela diversificação dos produtos financeiros, pela ampliação do acesso aos canais de crédito e por estratégias agressivas de marketing e publicidade, que facilitaram e incentivaram o consumo a crédito, ao mesmo tempo em que aumentava o número de indivíduos com capacidade de compra pela modernização do sistema bancário (Lusardi & Tufano, 2009; Frigerio, Ottaviani & Vandone, 2020).

Na China, o crescimento econômico foi acompanhado por uma expansão significativa na concessão de crédito, o que elevou os níveis de endividamento da população (Yin, Wang & Zhao, 2023). Na Europa, a partir dos anos 1980, o aumento das insolvências levou os formuladores de políticas a reconhecerem que muitos

devedores não conseguiriam quitar suas dívidas, mesmo com renegociação e por este motivo, ações para incentivar o uso responsável do crédito começaram a ser colocadas em prática (Braucher, 2006). Em geral, nos últimos anos, a crescente desregulamentação financeira na União Europeia e as mudanças no comportamento do consumidor em relação ao consumo e à poupança, têm gerado preocupações cada vez maiores sobre o superendividamento (Braucher, 2006; Betti et. al, 2007).

Até a chegada da crise de 2008, de acordo com Lusardi e Tufano (2009), uma parcela expressiva da população já enfrentava dificuldades financeiras, relatando níveis elevados de endividamento e encargos que comprometiam sua estabilidade econômica, no entanto, o endividamento familiar aumentou significativamente após a crise, em parte devido aos seus impactos.

Durante esse período, muitos indivíduos nos Estados Unidos, contraíram dívidas por meio de hipotecas e cartões de crédito, sem uma compreensão clara das condições de pagamento, o que resultou em dificuldades financeiras (Braucher, 2006; Lusardi & Tufano, 2009). Na Espanha, o agravamento da dívida foi ainda mais acentuado, uma vez que os bancos restringiram o crédito enquanto as hipotecas residenciais começaram a vencer, levando muitas pessoas a não conseguirem mais arcar com seus compromissos financeiros (Betti et al. 2007; Gutierrez Nieto & Cinca; Gonzales, 2017).

Desde 2008, acadêmicos e formuladores de políticas passaram a dedicar maior atenção ao tema, com o objetivo de desenvolver medidas mais eficazes para prevenir e gerenciar o endividamento excessivo, especialmente diante dos impactos da crise financeira global (Frigerio, Ottaviani & Vandone, 2020).

O aumento do endividamento das famílias ocidentais após a crise financeira de 2008 reflete a crescente fragilidade financeira dos indivíduos, fenômeno que se intensificou ainda mais no período pós-pandemia da COVID-19 (Lopez et. al, 2024). Nesse mesmo contexto, as famílias dos Estados Unidos enfrentavam angústias e dificuldades financeiras significativas (Białowolski, Cwynar & Weziak Białowolska, 2024), enquanto, globalmente, o crescimento das dívidas se intensificou após a pandemia, tornando-se um grande desafio para a economia da maioria dos países (Braga & Oliveira, 2020; Mrnjavac et. al, 2024).

Os estudos de Leandro e Botelho (2022) mostram que, até 2010, as pesquisas sobre superendividamento ainda eram pouco numerosas e que o tema começou a ganhar maior notoriedade a partir de 2011. Além disso, a pandemia da COVID-19 agravou significativamente o endividamento dos consumidores, o que pode justificar o aumento do interesse de pesquisadores nesse fenômeno (Leandro & Botelho, 2022).

Estudos recentes de Kumar e Nayak (2024) e de Białowolski, Cwynar e Weziak-białowolska (2024) indicam que, nos últimos anos, o principal desafio das famílias tem sido arcar com despesas essenciais, como aluguel ou hipoteca, devido ao aumento dos preços, impulsionado pelo controle da economia via a inflação e pela manutenção da política de ampliação da concessão de crédito em diversas modalidades, especialmente em linhas sem garantia, como o crédito pessoal. Esse acesso indiscriminado ao crédito, intensificado por ações de inclusão financeira, pode levar ao crescimento da inadimplência, tornando os consumidores mais vulneráveis financeiramente (Lopez et. al 2023). Esse cenário contribui para o avanço do superendividamento (Meyll & Pauls, 2018). A vulnerabilidade dos consumidores tem se tornado uma preocupação crescente, uma vez que o endividamento é um fenômeno complexo, influenciado por múltiplos fatores, incluindo características estruturais, culturais, comportamentais e atitudinais (Braucher, 2006; Meyll & Pauls, 2018).

Portanto, a evolução do superendividamento está diretamente relacionada às mudanças socioeconômicas globais e comportamentais (Braucher, 2006; Betti et. al, 2007). Embora tenha implicações individuais, sociais e econômicas, o tema permaneceu pouco explorado na academia por um longo período (Leandro & Botelho, 2022). Leandro e Botelho (2022) afirmam

que entre 1969 e 1995, as discussões sobre superendividamento foram escassas, resultando em apenas oito estudos publicados ao longo de 27 anos. O interesse acadêmico começou a crescer entre 1997 e 2010, mas, como mencionado anteriormente, foi somente a partir de 2011 que a produção científica sobre o tema se expandiu significativamente, totalizando 91 artigos publicados até 2019 (Leandro & Botelho, 2022).

2.2 Conceitos e Definições

O superendividamento começa a ganhar notoriedade, a partir do trabalho de Betti et al. (2007), onde a literatura acadêmica sistematizou uma abordagem estrutural do fenômeno. Segundo os autores, o superendividamento é um fenômeno natural que pode atingir qualquer indivíduo, em qualquer momento e contexto econômico, não sendo exclusivamente resultado de decisões irracionais, mas sim da incerteza inerente à vida, à qual todos estão suscetíveis.

A partir dessa visão estrutural, outros pesquisadores buscaram aprofundar o conceito sob diferentes perspectivas. Gutierrez-Nieto, Cinca e Gonzalez (2017) definem uma família superendividada como aquela que, mesmo contando com recursos financeiros existentes e previsíveis, não consegue honrar seus compromissos sem comprometer o próprio padrão de vida. Já Meyll e Pauls (2018) acrescentam um critério temporal, sugerindo que um consumidor pode ser considerado superendividado quando possui, em média, 12 meses de dívida em atraso.

Braga e Oliveira (2020) enfatizam que o superendividamento é uma condição temporária, mas que pode se tornar crônica caso os indivíduos desenvolvam hábitos de endividamento de risco. Essa ideia dialoga com a definição de Håkansson e Widinghoff (2020), que caracterizam o fenômeno como a incapacidade de cumprir com pagamentos, independentemente de sua causa.

Além da perspectiva econômica e comportamental, o superendividamento também é estudado sob um viés multidisciplinar (Braga & Oliveira 2020, Leandro & Botelho 2022). Segundo Leandro e Botelho (2022), o superendividamento é caracterizado pela dificuldade dos indivíduos em pagar suas dívidas sem comprometer suas despesas essenciais, e a percepção de que essas obrigações se tornam um fardo pesado. Trata-se de um fenômeno de natureza multidisciplinar e complexa, abordado por diversas áreas do conhecimento (Braucher, 2006, Braga & Oliveira 2020; Leandro & Botelho, 2022; Lopez et. al, 2023).

Białowolski, Cwynar e Weziak-białowolska (2024), sugere que as definições do superendividamento variam, mas geralmente estão associadas à incapacidade de arcar com obrigações financeiras de médio e longo prazo ou à percepção do indivíduo de que enfrenta dificuldades para quitar seus compromissos. Essa perspectiva está alinhada com a ideia de que embora a literatura e os governos adotem diferentes definições para o conceito, há uma convergência em torno de aspectos centrais, como o contexto econômico, a dimensão temporal, a subsistência e os impactos psicológicos (Leandro & Botelho, 2022).

2.3 Abordagens Teóricas

Ainda não há um modelo teórico consolidado que explique integralmente o superendividamento (Betti et. al, 2007). Baucher (2006), avalia o fenômeno do superendividamento a partir de duas vertentes interligadas: a primeira é a estrutural, relacionada ao sistema de crédito e às fragilidades dos consumidores, muitas vezes sem

uma rede eficaz de proteção social; a segunda é a cultural, vinculada a aspectos éticos e morais, à falta de conhecimento financeiro e a fatores psicológicos que influenciam atitudes e comportamentos de consumo. Essas perspectivas não devem ser vistas como conflitantes, mas como complementares para uma compreensão abrangente do fenômeno (Baucher, 2006).

Essa abordagem conecta-se com o estudo de Betti et al. (2007), que destaca que o superendividamento não deve ser compreendido apenas como consequência do comportamento do consumidor, mas como um problema influenciado por fatores estruturais, como acesso ao crédito, regulamentação financeira e condições macroeconômicas.

A teoria da renda permanente do ciclo de vida resume um equilíbrio racional entre poupança e endividamento, negligenciando situações em que indivíduos dependem do crédito para necessidades básicas, devido a limitações estruturais e por este motivo, se torna insuficiente para explicar o superendividamento, pois não captura plenamente a complexidade das condições enfrentadas pelos indivíduos (Betti et. al, 2007).

Lusardi e Tufano (2009), também destacam as limitações que a teoria da renda permanente, pois pressupõe que os indivíduos tomem empréstimos para suavizar o consumo ao longo da vida, sem, no entanto, prever que algumas pessoas tivessem menos acesso ao crédito do que outras e que, ao longo da vida, pudessem ocorrer choques adversos que as levassem a tomar mais crédito do que gostariam.

Diante dessas limitações, o estudo de Gutiérrez-Nieto, Cinca e Gonzales (2017) têm buscado abordagens alternativas, integrando racionalidade econômica e comportamento financeiro. Os autores apontam que o excesso de confiança dos indivíduos em sua capacidade de tomar decisões financeiras reforçam que aspectos comportamentais podem levar ao superendividamento. Contudo, destacam que, eventos inesperados relacionados à renda e ao ambiente regulatório desempenham um papel igualmente central (Gutierrez Nieto, Cinca & Gonzales, 2017).

Além disso, outros fatores psicológicos e sociais influenciam o comportamento do consumidor, podendo ser explicados por teorias como a hipótese da renda relativa, que sugere que o consumo é moldado pelo padrão de vida dos outros membros do grupo social a qual pertence e a teoria do prospecto, que aponta como a incerteza e a percepção de ganhos e perdas afetam as decisões financeiras (Betti et. al, 2007; Bell, Jurgenson & Warmath, 2024).

2.4 Revisões Sistemáticas da Literatura dos Últimos 10 anos

Os estudos sobre superendividamento têm se concentrado em diferentes vertentes, abrangendo os fatores que impulsionam o endividamento excessivo, as consequências do acúmulo de dívidas, o papel do letramento financeiro e os aspectos psicológicos envolvidos nas decisões de consumo e crédito (Gutierrez-Nieto, Cinca & Gonzales, 2017), além de um número crescente de estudos voltados ao crédito responsável (Leandro & Botelho, 2022).

O tema é amplamente estudado em diversos periódicos de áreas de pesquisa distintas, como economia, marketing, finanças, ciências sociais e psicologia (Leandro & Botelho, 2022). No entanto, devido à fragmentação entre essas áreas, ainda não há uma concentração robusta de estudos integrados, o que representa uma oportunidade para expansão e aprofundamento em todas elas (Leandro & Botelho, 2022).

Diante dessa fragmentação, um dos pontos centrais que permeia diferentes áreas do conhecimento é o papel do crédito no comportamento financeiro, como mostram estudos recentes que convergem ao indicar que o crédito amplia a capacidade de consumo, viabilizando a aquisição de bens e serviços, além de ser um recurso para geração de renda e superação de choques financeiros (Frigerio, Ottaviani & Vandone; 2020; Pulk & Riitsalu, 2024; Mrnjavac et. al, 2024; Białowolski, Cwynar & Weziak-Białowolska, 2024). No entanto, seu uso excessivo pode levar ao superendividamento, resultando em restrição ao consumo, maior vulnerabilidade

financeira e impactos negativos na saúde física e mental (Gathergood, 2011; Meyll & Pauls, 2018; Frigerio, Ottaviani & Vandone, 2020; Pulk & Riitsalu, 2024; Białowolski, Cwynar & Weziak-Białowolska, 2024).

Frigerio, Ottaviani e Vandone (2020), analisam a relação entre impulsividade e superendividamento, demonstrando que indivíduos mais impulsivos tendem a contrair mais dívidas e enfrentar dificuldades de gerenciamento. Os autores destacam que, embora o autocontrole seja frequentemente apontado como um fator relevante para a gestão financeira, ele tem influência pouco significativa no contexto do superendividamento.

Por outro lado, Davydenko, Kolbuszewska e Peetz (2021) exploram o papel das estratégias de autocontrole no comportamento financeiro, investigando como diferentes abordagens influenciam a redução de gastos impulsivos, o aumento da poupança e a segurança financeira dos indivíduos. Enquanto Frigerio, Ottaviani e Vandone (2020) sugerem que o autocontrole não tem um impacto relevante no superendividamento, Davydenko, Kolbuszewska e Peetz (2021) demonstram que o fortalecimento dessa habilidade pode melhorar a administração financeira no dia a dia, prevenindo dificuldades financeiras antes que elas se tornem mais graves.

Essa relação entre autocontrole e comportamento financeiro é reforçada por de Goyal et. al (2022), que destaca que indivíduos com maior autocontrole tendem a administrar melhor suas finanças. No entanto, os autores acrescentam uma perspectiva contextual importante: o impacto do autocontrole varia entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nos primeiros, ele está diretamente associado ao comportamento financeiro, enquanto, nos últimos, fatores como atitude financeira, autoeficácia e locus de controle interno têm maior influência, pois refletem crenças que favorecem a gestão financeira (Goyal et. al, 2022). Essa análise evidencia que a eficácia das estratégias de autocontrole pode ser condicionada por fatores econômicos e culturais.

Por fim, Lopez et. al (2024) ampliam essa discussão ao demonstrar que o endividamento excessivo intensifica a vulnerabilidade financeira, pois reduz a capacidade dos consumidores de lidar com imprevistos, compromete sua renda disponível e os torna mais propensos a dificuldades financeiras. Além disso, os autores destacam que a vulnerabilidade financeira aumenta o risco de endividamento, uma vez que indivíduos com baixa resiliência financeira e sem poupança tendem a recorrer ao crédito para suprir suas necessidades, criando um ciclo contínuo de fragilidade econômica. Assim, a relação entre autocontrole e endividamento também é ressaltada, indicando que a dificuldade em resistir a impulsos imediatos pode contribuir para a acumulação de dívidas não gerenciáveis (Lopez et. al, 2024).

Como apontado por estes estudos, considerar os contextos sociais e culturais é fundamental no estudo das relações entre as variáveis (LOPEZ et. al, 2024).

Em países emergentes, por exemplo, o endividamento representa um desafio significativo, onde as altas taxas de juros sobre o crédito ao consumidor agravam ainda mais a situação (Campos & Costa, 2021). De acordo ainda com estes autores, a população de baixa renda é particularmente vulnerável a esse cenário, e no Brasil, pesquisas indicam que nove em cada dez entrevistados endividados pertencem a essa faixa socioeconômica.

Apesar disso, a compreensão do superendividamento em países emergentes ainda é limitada, uma vez que grande parte das pesquisas sobre o tema se concentra em países desenvolvidos, como as zonas euro-americanas o que pode enviesar a concepção cultural do superendividamento, ressaltando a necessidade de estender as investigações para outros países (Lusardi & Tufano, 2009; Gutierrez Nieto, Cinca & Gonzales, 2017; Davydenko, Kolbuszewska & Peetz, 2021; Goyal et. al, 2022; Leandro & Botelho,

2022; Białowolski, Cwynar & Weziak Białowolska, 2024). Essa dinâmica ocorre possivelmente devido à tradição acadêmica que prioriza pesquisas publicadas em inglês, dificultando o avanço do campo em contextos culturais distintos (Leandro & Botelho, 2022).

Segundo os autores Leandro e Botelho (2022), o interesse predominante dos estudos está nos antecedentes e consequentes do superendividamento do consumidor, além da aplicação de metodologias quantitativas.

2.5 Escalas, Medições e Indicadores

A análise do superendividamento pode se basear em indicadores objetivos, como o percentual da renda comprometida com dívidas, e indicadores subjetivos, que consideram a percepção do consumidor sobre sua situação financeira (Betti et. al, 2007, Lusardi & Tufano, 2009; Białowolski, Cwynar & Weziak Białowolska, 2024). No entanto, a falta de consenso na definição do superendividamento reflete-se também na sua medição.

Diferentes pesquisas buscam avaliá-lo a partir de critérios objetivos e subjetivos. Betti et. al, (2007) classificam os modelos em três categorias: os modelos quantitativos avaliam a incapacidade de pagamento com base em métricas financeiras, como o percentual da renda comprometida com dívidas, os modelos subjetivos consideram a autopercepção do indivíduo sobre sua capacidade de pagamento, refletindo o impacto psicológico e social do endividamento e os modelos administrativos analisam o fenômeno a partir do reconhecimento jurídico da inadimplência, considerando a evolução da dívida até sua possível judicialização.

Gathergood (2011) também adotaram uma abordagem para mensurar o superendividamento, tanto aspectos objetivos quanto subjetivos. De acordo com os autores, os aspectos objetivos foram avaliados com base na inadimplência, especificamente em atrasos nos pagamentos entre 1 e 3 meses, enquanto os aspectos subjetivos ou autorrelatados envolveram a percepção individual do consumidor sobre suas dificuldades financeiras.

Recentemente, Białowolski, Cwynar, Weziak-bialowolska (2024) sugeriram que um indivíduo pode ser considerado superendividado quando destina 20% ou mais da renda ao pagamento de dívidas. Esse critério valida que a percepção do endividamento, ou seja, subjetivamente o indivíduo sente que está com muitas dívidas e a realidade financeira, ou seja, objetivamente, através dos dados, sua dívida é considerada alta, podendo convergir em um limiar específico, no entanto, o DSTI (Serviço da Dívida em Relação à Renda) não é um indicador fixo e deve ser analisado considerando a renda familiar e o número total de empréstimos contratados (Białowolski, Cwynar & Weziak-Bialowolska, 2024).

3 Discussão

Este artigo contribui para o campo da administração ao oferecer uma revisão crítica sobre o superendividamento do consumidor, com foco em lacunas teóricas e assimetrias regionais e institucionais. Ao privilegiar uma leitura multidimensional do fenômeno, buscou-se ampliar o escopo dos estudos sobre o tema, incorporando variáveis muitas vezes negligenciadas, como regulação, comportamento institucional e vulnerabilidades contextuais.

Destaca-se a escassa promoção e visibilidade de estudos produzidos em países em desenvolvimento, o que contribui para uma lacuna na compreensão global do superendividamento. A predominância de publicações em inglês e o foco em contextos euro-americanos limitam o reconhecimento de realidades locais marcadas por informalidade econômica, precarização do trabalho e desigualdades estruturais. Essa assimetria acadêmica não apenas enfraquece a representatividade científica, como também compromete a formulação de políticas mais adequadas às especificidades dos países periféricos. É urgente, portanto,

ampliar os espaços editoriais e incentivar a produção de conhecimento situada, que reflita as dinâmicas sociais e econômicas das regiões mais vulneráveis.

Ademais, diferente de outras revisões, este trabalho destaca a importância da lapidação do constructo superendividamento. Em geral, as pesquisas trabalham com a perspectiva de um conceito superficial que responsabiliza, subjetiva e estritamente, o consumidor pela condição de superendividado, enquanto as instituições financeiras e suas políticas de concessão de crédito estão longe de adotar mecanismos eficazes que impeçam a ultrapassagem de um percentual da renda em empréstimos de forma global, tampouco, realizam levantamento de informações para prevenir essa condição.

O consumidor como parte vulnerável na relação de consumo, merece que às empresas assumam a responsabilização por sua contribuição no agravamento desse fenômeno, pois em nome do lucro, muitas famílias vivem em situação de miséria financeira, o que agrava um sistema assistencial já precarizado. Nesse contexto, pessoas em situação de baixa renda, ou mesmo aquelas que recebem até um salário mínimo, não estariam tão expostas ao superendividamento se não houvesse precarização salarial e limitações no acesso e na manutenção de serviços públicos de qualidade.

Entende-se, portanto, que já no conceito de superendividamento ou de consumidor superendividado deve-se contemplar um significado mais amplo do que simplesmente “aquele que não consegue arcar com as próprias despesas”, visto que a complexidade do sistema em que se está inserido ultrapassa o poder individual de decisão e controle.

O estudo também evidencia que os instrumentos de mensuração do superendividamento ainda carecem de padronização, o que limita a comparação entre países e contextos socioeconômicos distintos. O reconhecimento dessas limitações pode fomentar a construção de escalas mais sensíveis à realidade dos países emergentes.

4 Conclusão

O superendividamento do consumidor configura-se como um fenômeno multifacetado, que demanda uma abordagem teórica ampla e interdisciplinar. Apesar dos avanços na compreensão dos aspectos psicológicos e comportamentais, permanece negligenciada na literatura a análise crítica das práticas de oferta de crédito e da corresponsabilidade das instituições financeiras.

Torna-se, portanto, imperativo deslocar o eixo analítico da responsabilização individual para uma leitura mais sistêmica e institucional do endividamento, considerando as estruturas econômicas que o sustentam. A carência de estudos que articulem diferentes disciplinas e contextos socioculturais reforça a urgência de propostas integradoras e socialmente justas.

A revisão da literatura também evidencia um campo marcado pela fragmentação teórica e empírica, dificultando a construção de um entendimento consolidado sobre os fatores que impulsionam o superendividamento e seus efeitos sobre o bem-estar dos consumidores (Leandro & Botelho, 2022). A ausência de consenso nos achados demonstra a necessidade de uma síntese quantitativa robusta, que permita identificar padrões recorrentes e lacunas relevantes. Nesse contexto, a aplicação de meta-análise se

apresenta como um caminho metodológico promissor, ao oferecer uma ponte entre as evidências empíricas disponíveis e o ambiente real, caracterizado por elevada complexidade e baixa previsibilidade (Farley, Lehmann & Sawyer, 1995).

Recomenda-se que investigações futuras explorem, de forma integrada, os determinantes do superendividamento a partir de métodos quantitativos robustos e aprofundem a compreensão das dinâmicas econômicas e institucionais que sustentam a evolução do fenômeno em diferentes contextos socioeconômicos, a fim de subsidiar políticas de concessão de crédito e políticas públicas voltadas ao crédito responsável.

Referências

- Bell, J., Jurgenson, J., & Warmath, D. (2024). The Role of Objective Financial Situation and Psychological Outlook in the Relationship Between Personal Life Shocks and Financial Well-Being. *Journal of Consumer Behaviour*, 0, 1–23.
<https://doi.org/10.1002/cb.2437>
- Betti, G., Dourmashkin, N., Rossi, M., & Ping Yin, Y. (2007). Consumer over-indebtedness in the EU: measurement and characteristics. *Journal of Economic Studies*, 34(2), 136–156. <https://doi.org/10.1108/01443580710745371>
- Białowolski, P., Cwynar, A., & Weziak-Białowolska, D. (2024). The role of financial literacy in reducing financial distress: What if consumers were perfectly financially literate? *Journal of Consumer Affairs*, 58(4), 946–975. <https://doi.org/10.1111/joca.12605>
- Białowolski, P., Kowalski, R., Wałęga, A., & Wałęga, G. (2024). An optimal threshold for over-indebtedness: A study on the discrepancy between subjective and objective debt burdens. *International Journal of Bank Marketing*, 42(7), 1536–1558.
<https://doi.org/10.1108/IJBM-05-2023-0283>
- Braga, F. D. M. A.; Oliveira, T. V. Help me, I can't afford it! Antecedents and consequence of risky indebtedness behaviour. *European Journal of Marketing*, v. 54, n. 9, p. 2223–2244, 29 jun. 2020. <https://doi.org/10.1108/EJM-06-2019-0455>

Braucher, J. (2006). 28 Theories of Overindebtedness: Interaction of Structure and Culture.

Theoretical Inquiries in Law, 7(2). <https://doi.org/10.2202/1565-3404.1128>

Campos, P. D. O., & Costa, M. F. D. (2023). Regulatory focus and construal level theory on low-income consumer indebtedness: Evidence from an emerging market. *International Journal of Emerging Markets*, 18(10), 4343–4362. <https://doi.org/10.1108/IJOEM-08-2020-0870>

Cesar Leandro, J., & Botelho, D. (2022). Consumer over-indebtedness: A review and future research agenda. *Journal of Business Research*, 145, 535–551.

<https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.03.023>

Davydenko, M., Kolbuszewska, M., & Peetz, J. (2021). A meta-analysis of financial self-control strategies: Comparing empirical findings with online media and lay person perspectives on what helps individuals curb spending and start saving. *PLOS ONE*, 16(7), e0253938. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0253938>

Farley, J. U., Lehmann, D. R., & Sawyer, A. G. (1995). Empirical marketing generalization using meta-analysis. *Marketing Science*, 14(3_supplement), G36–G46.

<https://doi.org/10.1287/mksc.14.3.G36>

Fernández-López, S., Álvarez-Espino, M., Rey-Ares, L., & Castro-González, S. (2024).

Consumer financial vulnerability: Review, synthesis, and future research agenda.

Journal of Economic Surveys, 38(4), 1045–1084. <https://doi.org/10.1111/joes.12573>

Fernández-López, S., Castro-González, S., Rey-Ares, L., & Rodeiro-Pazos, D. (2023). Self-control and debt decisions relationship: Evidence for different credit options. *Current Psychology*, 43(1), 340–357. <https://doi.org/10.1007/s12144-023-04251-7>

Efrat, R. The Evolution of Bankruptcy Stigma. *Theoretical Inquiries in Law*, v. 7, n. 2, p.

367-386, jan. 2006. <https://doi.org/10.2202/1565-3404.1130>

- Frigerio, M., Ottaviani, C., & Vandone, D. (2020). A meta-analytic investigation of consumer over-indebtedness: The role of impulsivity. *International Journal of Consumer Studies*, 44(4), 328–342. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12570>
- Gathergood, J. (2011). Self-control, financial literacy and consumer over-indebtedness. *Journal of Economic Psychology*, 33(3), 590–602.
- Goyal, K., Kumar, S., Xiao, J. J., & Colombage, S. (2022). The psychological antecedents of personal financial management behavior: A meta-analysis. *International Journal of Bank Marketing*, 40(7), 1413–1451. <https://doi.org/10.1108/IJBM-02-2022-0088>
- Gutiérrez-Nieto, B., Serrano-Cinca, C., & De La Cuesta González, M. (2017). A multivariate study of over-indebtedness' causes and consequences. *International Journal of Consumer Studies*, 41(2), 188–198. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12324>
- Håkansson, A., & Widinghoff, C. (2020). Over-Indebtedness and Problem Gambling in a General Population Sample of Online Gamblers. *Frontiers in Psychiatry*, 11, 7. <https://doi.org/10.3389/fpsy.2020.00007>
- Kilborn, J. J. Behavioral Economics, Overindebtedness & Comparative Consumer Bankruptcy: Searching for Causes and Evaluating Solutions. *SSRN Electronic Journal*, v. 22 , p. 14-46, 2005. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.690826>
- Kumar, S., & Nayak, J. K. (2024). Understanding the intricacies of risky indebtedness, impulse buying and perceived risk in buy-now-pay-later adoption. *Asia Pacific Journal of Marketing and Logistics*, 36(7), 1697–1716. <https://doi.org/10.1108/APJML-08-2023-0759>
- Lusardi, A., & Tufano, P. (2009). Debit, Literacy Financial, Experiences and Overindebtedness. *NBER Working Paper Series*, 14808, 1–44. <https://doi.org/10.3386/w14808>

- Meyll, T., & Pauls, T. (2019). The gender gap in over-indebtedness. *Finance Research Letters*, 31, 398–404. <https://doi.org/10.1016/j.frl.2018.12.007>
- Mrnjavac, Ž., Bulog, I., Smiljanić, A. R., & Pepur, S. (2024). The Role of Financial Literacy and Self-Efficacy in Household Over-indebtedness. *Rev. Soc. Polit., God*, 31(2), 165–179.
- Pulk, K., & Riitsalu, L. (2024). How explicit consumer credit information affects intent to purchase on credit: An experiment. *International Journal of Bank Marketing*, 42(5), 1007–1035. <https://doi.org/10.1108/IJBM-06-2023-0347>
- Warren, E.; Tyagi, A. W. *The two-income trap: why middle-class mothers & fathers are going broke*. New York: Basic Books, 2003.
<https://archive.org/details/twoincometrapwhy00eliz>
- Yin, X., Wang, R., & Zhao, M. (2024). How household debt impacts residents' health: Evidence from China. *Applied Economics Letters*, 31(11), 996–999.
<https://doi.org/10.1080/13504851.2023.2166658>